

⓪ Sagrado e o Profano



HOMENAGEM A J. S. DA SILVA DIAS



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1986

IDENTIFICAÇÃO DUMA PEÇA DE OURIVESARIA DO SÉCULO XV

A cruz processional de prata dourada, do séc. XV, em estilo flamejante, hoje na secção de ourivesaria do Museu Machado de Castro, de Coimbra, era — quando viemos definitivamente para esta cidade, em 1932, fixando-nos na Alta e, sem demora, começando a frequentar aquele museu, bem como a Biblioteca Geral universitária — uma daquelas espécies a que mais atenção demos. Porém, as únicas indicações obtidas foram as do livro *Noticia Historica do The soir o da Sé de Coimbra* por António Augusto Gonçalves e dr. Eugénio de Castro, organizado segundo uma selecção das principais, naquele tempo em que ainda o conjunto das pratas ocupava salas da mesma sé, e só dependia do cabido' catedralicio, sob a égide do ilustre bispo conde D. Manuel Correia de Bastos Pina (*).

Terminavam aqueles estudiosos o descritivo da cruz pela frase: «Segundo a tradição pertenceu esta notável obra de ourivesaria gothica ao Mosteiro de Alcobaça».

Mais tarde acrescentava o primeiro: «No Inventário da Sacristia de Alcobaça, elaborado em 1519 e publicado por Viterbo, não se encontra cruz alguma que com esta possa ser identificada» (2). Contudo, manteve em título do parágrafo a designação de «Cruz de Alcobaça».

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O) António Augusto Gonçalves & Eugénio de Castro, *Noticia historica e descriptiva dos principaes objectos de ourivesaria existentes no Thesoiro da Sé de Coimbra*, Coimbra, 1911.

— (A cruz de prata): p. 11, n.º 1 e grav. à mesma p.

(2) António Augusto Gonçalves, «Museu de Ourivesaria, Tecidos e Bordados», *Ilustração Moderna*, Porto, 1926, l.º ano, n.º 8, pp. 192-193 com grav.

E, naturalmente, o nome daquele mosteiro continuou a perturbar.

Em 1940, já como conservador-ajudante, a seguir à exposição comemorativa dos centenários, organizámos e escrevemos o *Catálogo da Secção de Ourivesaria* (3).

A dotação para a publicação havia sido escassa e as espécies museográficas não puderam ter o desenvolvimento descritivo que se desejava. Essa cruz ainda levou seis linhas mas sem explicações de origem; tal como o fizera o dr. Augusto Filipe Simões no catálogo da exposição de arte ornamental de 1882 (4).

Havia surgido em tempo anterior a inútil e impertinente questão da entrada principal da Sé Velha. Aduziam-se por um dos contendores certas ementas do *Livro das Calendas*, inicialmente segundo a cópia da Biblioteca Geral da Universidade.

Despertado o interesse pelo manuscrito, muito repetidamente o requisitámos e bastantes notas fomos tomando, no próprio gabinete dos bibliotecários, pois que, sendo volume dos reservados, era ali que a leitura se fazia, quando se não tratava de professores, que esses iam para gabinetes.

Registámos só o que se referia a peças existentes ou que presumivelmente o poderiam ser, isto é, as de interesse imediato.

O cônego Prudêncio Quintino Garcia havia-lhe feito uma cópia, que mandou encadernar em três volumes oblongos, encontrados no seu espólio, mas caída em mãos particulares e só muito tardiamente conhecida, sem que ninguém a tivesse utilizado. Está-nos agora como que sob mão.

Encontrámos o registo duma cruz que deveria ter sido de categoria, no dia 30 de Julho, pois que o volume é um calendário, disposto segundo o decurso do ano, com certas obrigações do cabido catedralicio. Só bastante mais tarde viemos a identificá-lo e pôr de lado as presunções antigas.

Iremos transcreve-lo mas regularizando muito levemente a ortografia.

«Em nome de Deus. Amen. Segunda-feira, 15 de Julho anno de 1403 (aliás, 1443), foi universalmente acordado e determinado em Cabido pelo deão Pedro de Athaide que presente estava e por todos os que ahi estavam, que erão cerca de todos,

(3) *Museu Machado de Castro — Secção de Ourivesaria*, Coimbra, 1940—(Cruz processional): p. 7, n.º 15.

(4) *Catálogo o illustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola celebrada em Lisboa em 1882*, Lisboa, 1882—(Cruz processional): sala M, p. 7, n.º 58.



Cruz de D. Fernando Coutinho
Anverso



Cruz de D. Fernando Coutinho
Reverso

havendo memoria e justa consideração de reconhecer o bem fazer aos que os fizerão por animar, elles e outros, e enducer (induzir) a bemfeitorias, que em este dia — a saber — aos 29 dias deste mes de julho, daqui em diante para sempre se faça um anniversario com Missa de requiem e responso solemne pela alma do Reverendo em Christo Padre o Senhor D. Fernando Coutinho bispo que foi nesta egreja, pelos muitos bens, e com boa vontade que fez e mostrou a esta Egreja emquanto nella esteve, e especialmente por muitos e bons ornamentos que em sua vida deu a esta Sé, e por 70 e tantos marcos de prata que por sua morte ficarão, da qual prata foi feita a mais nobre cruz que aqui ha. Estabelecerão logo para este anniversario 10 libras antigas, repartidoyras entre os presentes e enfermos, e 10 segundo costume dos outros anniversarios, as quaes 10 libras se hão de haver pelos casais de Boi Velho».

Teremos de notar que nesta cópia do livro se fez redução do calendário romano e da era hispânica ao corrente, produzindo-se alguns erros com a interpretação do X-aspado, a que se não deu o seu valor de 40, o que sucedeu nesta ementa, segundo se vê da parte transcrita no notável estudo que vamos citar.

O tempo do episcopado do bispo (1419-1429), o peso da prata e a classificação de «mais nobre cruz que aqui há», e ainda o estilo da mesma cruz, haveriam de nos vir a parecer que se ligavam mutuamente.

Todavia não os considerámos elementos categóricos de classificação.

Só no passado ano de 1984, ao reeditar como quarta parte do volume *Estudos de Ourivesaria* o trabalho de 1944, *As pratas da Sé de Coimbra no século XVII* escrevemos: em continuação da verba — 61 - Cruz processional: Poderá ser a cruz que o Cabido mandou fazer com o legado do bispo D. Fernando Coutinho (5).

*

* *

Ao mesmo tempo que se imprimia o volume, saía um outro de grande valor, escrito pelo ilustre Professor Doutor Avelino de Jesus da Costa, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra*

(5) A. Nogueira Gonçalves, *As Pratas da Sé de Coimbra no século XVII*, Coimbra, 1944. Estudo feito pelos inventários da Sé de Coimbra de 1610, 1624, 1635 e 1710.

— (Cruz): p. 38, n.º 61.

Idem, *Estudos de Ourivesaria*, Porto, 1984.

— (Cruz): IV parte, p. 329, n.º 61.

nos séculos XI a XVI ⁽⁶⁾, que veio trazer elementos seguros para o conhecimento desse largo período e, no caso que se está a tratar, o da existência da ourivesaria antiga, pela publicação de inventários medievos, os de 1393 e 1492, e os seguintes de 1517 e 1546.

Se, no primeiro, não podia ser mencionada a cruz, era natural que o fosse no de 1492. A verba inicial diz: «Item. Huma cruz grande toda dourada, aa qual falhecem do-us botões e seis pontas».

O defeito deste inventário é a reduzida pormenorização das peças mencionadas, sendo ainda o principal não dar os respectivos pesos.

Todavia, poderia ser esta mesma a que se procura. As «pontas» não passarão dos pequenos cogulhos salientes que rebordam todas as arestas, de fácil mutilação como o exame actual aclara, e os «botões», que são um complemento do ornato, de pouca segurança como se pode ver. A justificação encontra-se no contínuo manuseamento que os seus quinze ou dezasseis quilos tornam difícil. As faltas no mesmo género continuaram a verificar-se; assim o demonstra o estado actual.

A relação do ano de 1517, e 3 de Setembro, inicia-se pela verba da cruz. «Item. Primeiramente huma cruz grande de prata, toda dourada, inteira e acabada com todas suas pertenças que pesa setenta marcos e cinco onças».

O inventário de 1546 revela certos pormenores que garantem a identificação: «Huma cruz grande, de prata dourada, com seu crucifixo e Nosa Senhora da outra parte, que pesa setemta marcos».

(6) Cónego Prof. Dr. Avelino de Jesus da Costa, *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI*, Coimbra, 1983.

Compõe-se esta obra de uma introdução com análise da biblioteca e do tesouro e, finalmente a publicação dos inventários: o primeiro organizado por extractos do *Livro das Calendas*, com 72 números, o de 1393 com 442, o de 1492 com 219, o de 1517 com 180, o de 1546 com 230. Acresce ainda a publicação de documentos, um dos quais do maior interesse para a identificação da cruz em causa.

— (Cruz de D. Fernando Coutinho): pp. 33, 48-55, 73, 144, 162, 204.

— (Requisição real das pratas): pp. 52-54, 205-214.

— (Requisição das de St.^a Justa): p. 199.

No corrente ano de 1986 publicou o mesmo ilustre Professor o volume *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII*. Neste novo volume traz notícia das pratas, requisitadas em Braga e Guimarães (pp. 67-69, 270-274).

Trabalhos estes do maior valor para o estudo da cultura medieval e auxiliares da avaliação económica do tempo.

Se a ementa de 1517 já dava a identificação pelo peso, agora completa-se com as duas imagens de J. Cristo e N.^a Senhora.

A outra ementa que nós próprios demos no volume referido, tomada do inventário de 1610 e repetida nos de 1624, 1635 e 1710, além de referir as duas esculturinhas e de indicar em que funções era usada (pontificais, e ofícios de defuntos de prelados e cônegos) diz: «peza sesenta & noue marcos & meio», acrescentando que havia uma vara coberta de prata para ser levada processionalmente.

A diferença de peso, setenta marcos nos primeiros e de sessenta e nove e meio dos segundos não é de preocupar. Estas pesagens, se em casos muito particulares eram feitas por ourives, ordinariamente eram tomadas por um empregado, utilizando balanças vulgares de cambos e pesos frequentemente de acaso, como a experiência por aldeias e sés nos tem esclarecido.

Pesos exarados num inventário todos os seguintes os repetiam sem exame, até que aparecesse um cônego obreiro meticoloso.

O cálculo dos sessenta e nove marcos e meio que ali se assentou, segundo o sistema actual, dava 15 950,25 gramas.

Para tal peso, seria necessário que o cruciferário das procissões fosse homem robusto afim de a levar erguida ou arvoreada, como diz o povo, horas seguidas, em certos casos.

Documento que dá a origem e vicissitudes de execução publicou-o o ilustre professor referido, no conjunto final, o qual é datado de 28 de Setembro de 1441.

A João Alvares Alvernaz ficara a dever o bispo D. Fernando Coutinho o fretamento duma barca. Intentou aquele um processo ao cabido para que fosse pago pela prata que ficara à sé para a cruz. Não se conhece todo o andamento do processo e há mesmo referências inexactas.

O corregedor da corte deveria ter confirmado a sentença a favor de Alvernaz. Da decisão do corregedor foi interposto recurso, nos termos normais, para o rei que, por sua vez, observadas todas as normas vigentes, decretou que a prata destinada à cruz ficasse isenta de qualquer ónus; e que a dívida, no entanto, fosse paga pelos mencionados testamenteiros.

Estava-se no ano de 1441. Segundo o citado *Livro das Calendas*, como ficou transcrito, haveria de reunir-se o cabido a 15 de Junho de 1443, determinando certos sufrágios pelo bispo, em atenção aos ornamentos que dera à sé e por setenta e tantos marcos de prata que, por sua morte, ficaram, «da qual prata foi feita a mais nobre cruz que aqui há».

Não sabemos em que data fosse exarada a ementa no livro e, se, pelo final da mesma, se poderá deduzir que naquele ano

estivesse executada, pois que é uma intercalação em português num códice latino. Mas será de crer que se não deveria demorar a fazer a encomenda, pois que a questão havida aconselharia que a prata se empregasse antes que pudessem surgir contra-tempos vários.

O espaço entre o decreto real, de 28 de Setembro de 1441, e a reunião do cabido, de 15 de Julho de 1443, se não é grande, poderia ser suficiente.

Poder-se-á indicar o ano de 1442 como ano médio da execução.

*
* * *

Salva a prata e executada a cruz, teve a boa sorte de se livrar, anos depois, de outro perigo.

Falecera Henrique IV de Castela, a 12 de Dezembro de 1474. D. Afonso V de Portugal preparou-se para a luta bem conhecida, que teve o reencontro de Toro, a 2 de Março seguinte, ano de 1475. São sabidos os sucessos. Na segunda semana de Abril, regressou definitivamente o príncipe D. João a Portugal. Ficara o rei para continuar a luta mas sem recursos. Recorreu-se ao expediente já anteriormente empregue, tal como nas lutas de D. Fernando e D. João I, pedir às sés e igrejas de categoria o empréstimo das pratas para fundir e cunhar (7).

Publicou o ilustre professor, no livro citado, sete documentos, devidamente considerados no erudito estudo inicial do mesmo, sobre a tomada violenta das espécies do tesouro catedralício, documentos do maior valor para a vida da sé como para o estudo dos recursos económicos do tempo.

O príncipe estava na Guarda e a 16 de Dezembro daquele ano escrevia ao contador de Coimbra para que tomasse a prata, a da sé, a de St.^a Cruz e igrejas do bispado e do priorado do mosteiro, devendo deixar só em cada igreja uma cruz, umas galhetas e um turíbulo. Era confessar a completa exaustação do tesouro real mas queria-se continuar a causa perdida! Houve contestações até à violência final.

(7) Em Castela a situação económica não seria melhor: «las Cortes de Medina del Campo concedieron subsidios y el clero entregou la mitad de la plata de sus iglesias para hacer frente a la guerra.»

Estavamos a escrever este artigo quando recebemos a obra de José Carlos Brasas Egido, *La Platería Vallisoletana y su difusión*, Valladolid, 1980. Neste volume há, em nota (p. 80) ao capítulo VIII. *La destrucción de obras*, além de outros casos, referência ao doâ Reis Católicos.

Como se teria salvo esta cruz, de tal excepcional peso, quando outras havia que a poderiam substituir nas funções, se ela não se integrava na categoria de espécies sagradas que se isentavam? Muito possivelmente ou foi resgatada ou a sonegaram no tempo intermédio, como em diversas épocas se fez. Isso explicaria a pouca clareza do segundo inventário.

*

* *

O cunho individualizante da cruz e que a torna peça destacada é o total revestimento por temas flamejantes; formados estes por linhas ondulantes e opostas, produzindo ovais alongadas e apontadas, que se seguem segundo os mais variados diagramas, partindo de combinações e desenvolvimentos elementares, a sugestionarem como que uma variada sucessão de chamadas.

A configuração geral da cruz é a comum ao tempo, em que os braços transversais e o do alto são de tamanhos sensivelmente iguais e, aqui, só um pouco maior o do pé, terminando os mesmos no habitual traçado em flor-de-lis, sem ainda o desenvolvimento manuelino mas mais acentuado que nos séculos anteriores. À altura da implantação dessas terminações florais insere-se um medalhão quadrilobado com esmaltes translúcidos, menores que o costume.

Não tem nó, isto é, o desenvolvimento da peça de inserção da mesma e fixação da haste processional; mas o jeito dado ao espigão mostra que a teve, pois que foi afeiçãoado com esse fim. Já não seria aquele nó subsférico da cruz de Ancede ⁽⁸⁾, cuja fotografia publicámos recentemente, nem ainda o desenvolvimento dos dosseletes do século imediato. Talvez fosse esse desaparecimento a causa da divergência dos pesos, atrás notada. E não se pode saber se esse nó não terá ido para a contribuição da guerra.

A um e a outro lado havia duas esculturinhas fixadas independentemente — na frente a figura do Crucificado que esteve substituída por uma posterior e que não existe, e no reverso a da Senhora com o Menino — dispostas como em nicho de portal, com dosselete de duas ordens e pirâmide de fecho. Só a Senhora, a existente, se apoia em singela mísula.

⁽⁸⁾ A. Nogueira Gonçalves, «Tres Cruzes Medievais», *Mundo da Arte*, n.º 14, Coimbra, 1983, pp. 2-7.

A secção dos braços forma um rectângulo de arestas tão fortemente biseladas que se unem, produzindo o desenho final um hexágono irregular.

O ornato flamejante alastra-se por todas as superfícies, recortado na chapa, dando um grande efeito pelo seu brilho de ouro, a contrastar com o fundo escuro que esse vazado produz. Batida do sol, nas procissões, era como uma renda de ouro a encantar a vista!

O ourives variou as composições, de modo que cada parte da cruz se diversificasse. Ao centro da placa medial, em cada pétala maior das extremidades, traçou rosáceas, quer irradiando do centro ou para ele convergindo, quer em direcções combinadas, por hábeis concordâncias curvas, para as outras pétalas. Nas superfícies maiores, as das faces, correm outros motivos, seguindo vários diagramas. Nos chanfros são mais uniformes os «seguintes» de novos temas.

Uma leve cristagem de folhagens avança pelas arestas; todavia nas do perfil geral da peça são mais salientes.

A figura humana está representada pela Senhora com o Menino, pelos quatro esmaltes de cada lado e por umas pequeninas que mal se notam e se inserem nos quatro pilarzinhos da zona inferior de cada dosselete.

Os esmaltes têm a lâmina gravada e a cobertura do esmalte translúcido e esverdeado, embora bastante caído. Na face, que era a do Crucificado, há no alto o pelicano; nos braços os naturais companheiros, à direita dele a Senhora, ao lado oposto S. João Evangelista, mas sentados e tendo este um livro aberto, ao fundo o homem a ressuscitar, vestido dum gabinarado e não meio desnudado como é de hábito. Ao lado contrário, o da Senhora, os quatro Evangelistas, sentados a escrever a uma banca, ficando^lhes ao lado os animais simbólicos, lendo-se ainda em filatérias seus nomes: no alto S. João e a águia, à direita da Senhora, S. Marcos com o leão, à parte oposta S. Lucas e o touro, na base S. Mateus e o homem.

A Senhora com o Menino no braço esquerdo, de leve diadema, o vestido a alastrar pelo chão, passando o manto pela frente e a ir-se prender ao outro lado, reerguido pelo braço direito cuja mão sustentaria um ramo florido. Escultura pouco hábil, de quem não teve grande prática de figura.

*
* *

De que centro de fabrico será a cruz, perguntaremos?

Esse tratamento de figura, de género provincial, a falta de conveniente modelação das zonas anatómicas, que é o caso

Ourivesaria do Século XV

vulgar nas oficinas em que a figura é caso raro e o que na Coimbra medieval sempre se nota (Senhora que foi da Rainha Santa, S. Nicolau da sé, bustos dos Mártires de Marrocos), aliando-se ao local onde há séculos tem permanecido, a existência de oficinas e nomes conhecidos desde a época da reconquista no séc. XI e os acidentes da encomenda da mesma, dão a convicção de que se trata de produto da cidade do Mondego.